

Combustíveis seriam tributados

ILIMAR FRANCO

353

BRASÍLIA – Entre as medidas do ajuste fiscal, o governo estudava até ontem incluir a criação do Fundo Nacional dos Transportes, que garantiria os recursos necessários para a construção, manutenção e conservação de estradas, ferrovias, hidrovias e portos. Os recursos para o Fundo seriam obtidos com a cobrança de um imposto sobre a venda de combustíveis e a alíquota cobrada seria correspondente a cerca de 9% do preço ao consumidor. A expectativa do governo era arrecadar cerca de R\$ 7 bilhões ao ano com o imposto, mas apenas parcela destes recursos seriam destinados ao Fundo. O dinheiro também seria utilizado para suprir outras necessidades do governo como a de pagar o subsídio do álcool, que no ano que vem deve consumir R\$ 1,1 bilhão.

O presidente Fernando Henrique Cardoso convocou os líderes governistas para um café da manhã hoje, no Palácio da Alvorada, para apresentar o Ajuste Fiscal e pedir urgên-

cia na discussão e votação das medidas. Para facilitar a tarefa política de seus aliados e sinalizar a determinação do governo, o presidente decidiu utilizar o instrumento da Medida Provisória para garantir a imediata aplicação de algumas medidas. Com o uso de MPs, as medidas do ajuste entram em vigor imediatamente e, desta forma, o Brasil estará habilitado a receber recursos externos das instituições financeiras oficiais. “Nós vamos precisar do quórum de três quintos somente para a CPMF”, afirmou o líder do PSDB, deputado Aécio Neves (MG).

Antecipação – Durante a reunião no Alvorada, o presidente vai propor aos líderes a antecipação do cronograma de votações na Câmara. O líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), quer iniciar no dia 4 de novembro a votação dos destaques que faltam da reforma da Previdência e reservar as três últimas semanas de novembro para discussão e votação das medidas do ajuste, evitando que essa discussão se arraste até janeiro.

O presidente Fernando Henrique Cardoso também orientou a todos os seus ministros para que se reúnam previamente com o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, para acertar a proposta de Orçamento para 1999 que será reapresentada ao Congresso na próxima semana. Fernando Henrique quer evitar uma guerra por recursos entre parlamentares e ministérios e que todos os ministros se engajem no processo de ajuste. A orientação do presidente é para que o Ministério do Planejamento procure preservar dos cortes os recursos destinados às obras, programas e projetos que integram o Brasil em Ação.

O ponto de partida da discussão entre Executivo e Legislativo sobre o ajuste fiscal no Congresso vai acontecer amanhã, quando o ministro da Fazenda Pedro Malan for à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para fazer explicar o plano de ajuste fiscal. Mesmo entre as lideranças mais alinhadas com o governo, a expectativa é de que a aprovação do pacote sem modificações significativas não seja fácil.